

O tratado De Re Rustica de Columela na versão portuguesa de Fernando Oliveira

ANTÓNIO MANUEL LOPES ANDRADE

CARLOS MORAIS

CLC – Universidade de Aveiro

Este estudo está centrado na análise da versão manuscrita para português do tratado latino *De re rustica* de Columela sobre a ciência agrária¹. Merecem a nossa particular atenção o enquadramento geral da versão portuguesa no contexto do movimento humanista europeu e da transmissão do próprio texto columeliano – seja em língua latina, seja em tradução –, bem como as interessantes anotações que o humanista aveirense foi intercalando ao longo da sua tradução parcial da obra de Columela. Este trabalho apresenta, convém dizê-lo, os primeiros frutos de uma investigação ainda em curso, cujo objectivo final pretende ser a publicação de uma edição moderna desta versão de Fernando Oliveira, acompanhada de um estudo introdutório.

Lúcio Júnio Moderato Columela (Lucius Iunius Moderatus Columella), natural de Cádiz, compôs, por volta de meados do século I d. C., o tratado latino *De re rustica* sobre a agricultura, que constituía, sem dúvida, a mais importante das disciplinas económicas da Antiguidade. Columela aborda a matéria com a reconhecida autoridade de quem possuía e administrava vastas propriedades agrícolas e pertencia a uma família da Hispânia com tradição firmada na exploração da terra. Escreve, por conseguinte, um amplo tratado

¹ Este trabalho, não obstante ter sido ampliado e enriquecido com novos dados, resulta de uma conferência, com o mesmo título, proferida no Colóquio «Fernão de Oliveira (c. 1507 – c. 1582): Modelo de Sábio Humanista», que teve lugar na Sociedade de Geografia de Lisboa, no dia 14 de Dezembro de 2007.

com marcado entusiasmo e competência, não hesitando em recorrer, quer à sua experiência e prática na matéria, quer às inúmeras fontes gregas e latinas sobre a ciência agrária, onde pontuavam, desde logo, as obras que Catão, Varrão e o próprio Virgílio haviam dedicado às actividades agrícolas.

Columela é, simultaneamente, um homem de letras e de ciência. Era amigo pessoal de Galião, irmão do filósofo Séneca, a cujo círculo de alguma forma pertencia², e de Públio Silvino, a quem dedica todos os livros de *De re rustica*, a sua obra mais importante. Foi, aliás, a pedido expresso de Galião e de Silvino que Columela decidiu compor em verso (hexâmetro dactílico) o livro X do tratado³, sobre a cultura e arranjo dos jardins (*De cultu hortorum*), tomando assim a seu cargo o convite endereçado por Virgílio, nas *Geórgicas*, aos poetas vindouros que desejassem dar continuidade à sua obra⁴. O poeta gaditano não logra alcançar, a não ser em breves espaços, o vigor da criação poética do modelo virgiliano, mas revela, em contrapartida, um conhecimento bastante mais aprofundado da matéria tratada⁵.

Columela adopta uma perspectiva eminentemente didáctica na exposição clara e sistemática das técnicas e dos saberes da ciência agrária de que tem um domínio apurado. No entanto, o empenho e entusiasmo que coloca na redacção da obra não ficam a dever-se apenas à sua evidente intencionalidade didáctica ou à proximidade que tinha das matérias, porquanto «escribe como quien tiene un verdadero compromiso con la patria, en la idea de que acomete, como hicieron en su día Catón o Varrón o Virgilio, una empresa de interés nacional»⁶. De facto, o agrónomo latino estava perfeitamente consciente do estado calamitoso a que tinha chegado a agricultura do seu tempo, em grande medida devido ao desleixo, ao abandono e à má exploração das terras, como deixa perceber a leitura do início do prólogo geral do tratado agronómico, na versão de Fernando Oliveira (fls. 177-177v; 180v):

² Cf. Fontán (1997: 24). Embora seja difícil aferir o grau de adesão de Columela ao estoicismo, convém notar que algumas das suas posições ideológicas estão bastante próximas das doutrinas de Séneca. É disso exemplo o trato humanitário dos escravos que Columela defende e afirma praticar (Sen. *Ben.* 3.21.1). A este respeito, deve sublinhar-se a visão crítica que Fernando Oliveira (1969 [1555]: 24-25) manifesta sobre a escravatura no seu tempo.

³ Col. 9.16.2; 10, *Praef.* 3-4.

⁴ Verg. G. 4.147-148.

⁵ Sobre as manifestações da poesia didáctica no século I d. C., de que o livro X do tratado de Columela é um exemplo, cf. Andrade (2002: 25-32).

⁶ Cf. Luque Moreno (1997: 116).

Muntas vezes ouço queyxar os princepes da nossa cidade contra a lavoura e a agricultura, dizendo que não responde como soya. E a causa disso, huns dizem que he a esterelidade das terras, e outros a destemperança do ar, que pello espaço dos tempos se muda. Outros querendo com algũa rezão moderar estes queyxumes, dizem que a terra cansada e esvaecida pella munta fructificação que fez antigamente, não poode jaa manter os homens como dantes fazia (...). Mas vem juntamente co isso pello descuido e negligencia dos homens d'agora que se desprezão de ser lavradores e não tratão a lavoura per sy como fazião os antigos, mas entregamna aos que nem podem, nem sabem // usar della (...). // (...) a agricultura veo em tanto desprezo antre nos que he havida pello mays bayxo e vil officio de todos, e tanto que parece aos homens que não tem necessidade de ser aprendida.

Columela denuncia, por conseguinte, a situação lastimosa a que chegou a agricultura romana, com o objectivo declarado de procurar regenerar e dignificar a cultura dos campos, uma actividade vital para a existência humana, que constitui, na sua perspectiva, o caminho mais recto e honesto para alguém poder aumentar o seu património. Não resistimos a citar, de seguida, um segundo excerto do prólogo geral da obra (fls. 177v-178), na tradução de Fernando Oliveira, em que se defendem precisamente as vantagens da agricultura face a outras actividades humanas como, por exemplo, o comércio, a guerra, a advocacia ou a navegação marítima:

Eu me espanto por certo de como os homens, em todas as outras artes, buscão os melhores officiaes para se servirem delles, e nesta que mays releva, os piores. E de todas as outras, ainda que sejam vãas, inutiles, viciosas e apartadas do bo saber e virtude, ha hi mestres que as ensinem e discipolos que as aprendão: soo da agricultura não ha mestres nem discipolos, sendo ella muy conforme e favoravel aa boa sabedoria e sendo sem a qual se não poodem manter as respubricas, nem conservar a vida humana. As outras artes ou ajudão ou ornão a vida dos homens, e esta, mays que todas, a sustenta (...) Não soamente he necessaria para sustentar a vida, mas tambem he accommodada para com bo titolo conservar e accreentar a fazenda sem offensa de Deus. De muntas artes vivem os homens necessariamente, que // se não podem exercitar sem escrupolo da consciencia, como são a mercancia e a guerra, a qual se não poode fazer sem crueldade e roubos e damno de muntos. Tambem são escrupulosas as mecanicas, se não tratão verdade, e algũas outras desnecessarias. Outras, ainda que necessarias, são todavia perigosas, como he a navegação sogeyta ao furor do mar e impeto dos ventos e mesturada com

peregrinações. Outras não soamente combatem a consciencia e vida, mas tambem a honra.

O tratado *De re rustica* inicia-se com um prefácio geral, em jeito de dedicatória, dirigido à pessoa de Públio Silvino, o culto e rico amigo do autor. A obra compreende doze livros, a que subjaz a seguinte divisão temática: 1.º generalidades, instalação e pessoal da exploração; 2.º cultura da terra: cereais e leguminosas; 3.º, 4.º e 5.º viticultura e arboricultura; 6.º criação de gado; 7.º gado miúdo; 8.º avicultura e piscicultura; 9.º apicultura; 10.º jardinagem; 11.º e 12.º deveres do intendente e da sua mulher⁷.

O afã com que os humanistas se entregaram à redescoberta de antigos manuscritos veio possibilitar o surgimento de edições e comentários de várias obras da literatura clássica que, graças à descoberta da imprensa, tiveram uma difusão ampla e rápida. Generalizam-se, igualmente, as traduções dos autores greco-latinos nas línguas vernáculas num movimento que ganha cada vez mais forma à medida que se avança no século XVI.

À semelhança do que aconteceu com muitas outras obras da literatura latina, coube ao humanista italiano Poggio Bracciolini, numa das viagens que fez à Alemanha, em 1417, a recuperação de um códice latino, donde muito provavelmente saiu a quase totalidade dos manuscritos de Columela que se conservam⁸. O advento da imprensa proporcionou à obra do agrónomo latino uma ampla divulgação, cujo início ficou marcado pela saída a lume da *editio princeps*, em Veneza, no ano de 1472. Nos anos subsequentes, a obra de Columela, quase sempre integrada em edições conjuntas do *corpus* de escritores romanos *de re rustica* (Catão, Varrão, Columela e Paládio), foi objecto de inúmeras edições e comentários, sobretudo até meados do século XVI (Regii, 1482; Bononiae, 1494; Regii, 1496; Regii, 1498; Regii, 1499; Bononiae, 1504; Parisiis, 1513; Venetiis, 1514; Florentiae, 1515; Florentiae, 1521; *Ad Aldinum exemplar*, 1528; Parisiis, 1529; Lutetiae, 1533; Venetiis, 1533; Basileae, 1535; Lugduni, 1535; Coloniae, 1536; Lugduni, 1537; Lugduni, 1541;

⁷ Servimo-nos da apresentação de Amzalak (1953: 10). Nesta mesma obra, encontra-se uma descrição pormenorizada do conteúdo dos vários capítulos de cada um dos livros do tratado. Cf. «Plano e conteúdo do livro “De re rustica” de Columela», (Amzalak, 1953: 41-50).

⁸ Para uma análise criteriosa da história dos manuscritos e das edições do tratado de Columela, cf. Maestre Maestre (1997: 263-309). Fizemos uso da listagem das edições do tratado que figura na página 267 do estudo supracitado, compreendendo o período que vai desde a *editio princeps*, em 1472, até finais do século XVIII.

Lugduni, 1542; Parisiis, 1543; Lugduni, 1548; Parisiis, 1553; Lugduni, 1557). Assiste-se, em particular a partir de meados de Quinhentos, a uma diminuição substancial do número de edições latinas do tratado de Columela, em grande parte justificada pelo recuo da língua latina face à crescente afirmação das línguas vernáculas europeias.

De facto, é sensivelmente a partir de meados de Quinhentos que são dadas à estampa as primeiras traduções conhecidas para as línguas alemã (Estrasburgo, 1538; Magdeburgo, 1610), francesa e italiana (a versão de Pietro Lauro de Módena publicou-se em Veneza, em 1544, 1559 e 1564). As traduções francesas foram, indiscutivelmente, as mais frequentes. A este propósito, convém mencionar a versão integral do tratado latino do cónego Claude Cotereau, publicada em Paris, em 1551 e 1552, a que se seguiram duas reedições, em 1555 e 1556, no mesmo local, mas enriquecidas com as revisões e anotações de Jean Thierry de Beauvaisis.⁹

No entanto, é importante notar que, cerca de onze anos antes, em 1540, o humanista francês Claude Meigret havia publicado, em Paris, uma primeira versão francesa parcial, apenas do terceiro e quarto livros do tratado de Columela¹⁰. Não podemos deixar de sublinhar a extraordinária coincidência de tanto Claude Meigret como Fernando Oliveira terem traduzido o tratado de Columela (um e outro apenas em parte), tanto mais que o humanista francês, natural de Lião, é o reputado autor da primeira gramática de língua francesa, saída a lume em 1550, na cidade de Paris¹¹. Não será de excluir, naturalmente, a hipótese de que Fernando Oliveira tivesse tido contacto com a obra de Meigret durante a sua passagem por França. O humanista lionês publicou ainda um tratado sobre o uso comum da língua francesa (Paris, 1542 e 1545), outras traduções de autores greco-latinos (Salústio, Políbio e Luciano) e uma versão francesa (Paris, 1555) do famoso tratado latino sobre a arte militar (*De re militari*) do italiano Roberto Valturio (1405-1475)¹².

⁹ Maestre Maestre (1997: 309-312) apresenta uma relação das principais traduções do tratado columeliano para as línguas modernas. Note-se, porém, que não refere as traduções parciais de Louis Meigret e de Fernando Oliveira.

¹⁰ *Le tiers & quatriesme liures de Lucius Moderatus Columella, touchant le labour, traduitz de langue latine en francoyse par Loys Megret*. Paris, Denis Ianot, [1542]. Veja-se a descrição bibliográfica pormenorizada desta obra, da qual se conhecem apenas dois exemplares à guarda da Biblioteca Municipal de Lyon e da British Library, publicada por Hausmann (1980b: 250-251).

¹¹ *Le tretté de la grammere françoese*. Paris, Chés Chrestian Wechel, 1550. A gramática teve uma edição moderna estabelecida por Hausmann (1980a).

¹² A obra de Hausmann (1980b) continua a ser o estudo de referência sobre a vida e obra do humanista de Lião.

A versão portuguesa de Fernando Oliveira, pese embora seja difícil precisar a data em que foi escrita, integra-se precisamente neste conjunto das primeiras traduções de Columela para as línguas vernáculas. Além disso, constitui a primeira das traduções conhecidas do Gaditano para qualquer uma das várias línguas faladas na Península Ibérica. Teriam ainda de decorrer mais de 200 anos para que a primeira tradução castelhana da autoria de Juan María Álvarez de Sotomayor fosse publicada, o que apenas viria a ocorrer em 1824¹³. No entanto, notava-se já, desde meados do século XVIII, um interesse renovado pela obra de Columela, a que não é alheio o papel preponderante que o postulado da fisiocracia concedeu à agricultura no progresso social e no desenvolvimento das nações. De facto, no último terço de Setecentos, assisteu-se em Espanha a um conjunto variado de iniciativas voltadas para o estudo, tradução e ilustração da obra de Columela. É este mesmo quadro ideológico, como bem assinalou Eduardo Franco (2000: 69-70), que parece motivar os responsáveis do periódico *Annaes das Sciencias, das Artes, e das Letras* (Paris, 1818-1822)¹⁴ a patrocinar a publicação da versão portuguesa de Fernando Oliveira do tratado de Columela, transcrita fielmente pelo embaixador Francisco José Maria de Brito, a partir do único manuscrito conhecido, à guarda da então Biblioteca Imperial de Paris¹⁵.

Começando por ter existência autónoma, este manuscrito autógrafo, como comprovam a grafia isométrica e o estilo, acabaria incorporado numa miscelânea de outros manuscritos do autor, recebendo, por isso, uma nova paginação que convive com a primitiva. Este códice compósito, que pertenceu à biblioteca do cardeal Mazarino, entrou nos fundos da biblioteca parisiense em 1668. Registado, sob o n.º 5, no catálogo de Morel-Fatio, é actualmente o n.º 12 do *Fond Portugais*. Trata-se de um volume de 339 fólios que incorpora, sem qualquer preocupação temática ou cronológica, além da versão portuguesa do *De re rustica* de Columela (fls. 177-272), a *História de Portugal* (fls. 1-152), o *Livro da antiguidade, nobreza, liberdade e imunidade do reino de Portugal* (fls. 157-176) e a cópia incompleta da *Arte de gramática de lengua castellana d' Antonio de Nebrija* (fls. 273-339).¹⁶

¹³ Sobre a presença de Columela em Espanha, veja-se o importante trabalho de García Almendáriz (1995).

¹⁴ Os redactores desta revista de pendor científico, com periodicidade trimestral, do qual saíram ao todo 16 tomos, entre 1818 e 1822, foram Francisco Solano Constâncio, José Diogo de Mascarenhas Neto, Cândido José Xavier da Silva e Luís da Silva Mousinho de Albuquerque. Cf. Nunes (1987: 661-682).

¹⁵ A transcrição integral da versão portuguesa de Fernando Oliveira foi publicada, por partes, nos vols. IV-XII do periódico *Annaes das Sciencias, das Artes, e das Letras* (Brito, 1819-1821).

¹⁶ O códice foi descrito por Teyssier (1959: 360-362). Mais recentemente a história deste

A transcrição da versão portuguesa de Fernando Oliveira, publicada nos *Annaes* (tomos IV-XII), está precedida de uma nota introdutória de Cândido Xavier Dias da Silva («Sobre a Tradução dos Livros de *Re Rustica* de Columella, por Fernão d' Oliveira»), um dos redactores da publicação periódica, condenado à morte em Portugal e exilado em França desde o final das Guerras Napoleónicas, o qual assina os seus trabalhos apenas com duas iniciais do seu nome (C. X.). Segue-se-lhe uma breve «Notícia» sobre Fernando Oliveira da autoria do próprio transcritor, Francisco José Maria de Brito.

Cândido Xavier, mais tarde sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, é também autor de outros artigos dos *Annaes*, entre os quais destacamos, pela afinidade temática com o tratado de Columela, a extensa recensão que escreveu sobre uma obra de um outro ilustre redactor e colaborador do periódico: «Resenha Analytica – Georgicas Portuguezas por Luiz da Silva Mouzinho de Albuquerque»¹⁷.

Fernando Oliveira, à semelhança de outros humanistas, estava perfeitamente consciente de que a língua materna era um factor essencial à unidade política, porquanto constituía um veículo privilegiado para a transmissão da cultura, da religião e do saber, formando uma comunidade nacional capaz de enfrentar o perigo externo que ameaçava a sua independência e, conseqüentemente, a sua própria existência. Assim se compreende, por exemplo, a opção inequívoca que toma em defesa da língua, ao compor a primeira gramática da Língua Portuguesa, dada à estampa em 1536¹⁸.

Há muito que se vivia em Portugal uma espécie de batalha linguística entre as línguas portuguesa e castelhana. As intensas e constantes relações entre os reinos ibéricos criaram em Portugal, durante décadas, uma corte bilingue, que potenciou naturalmente o uso do castelhano por alguns dos nossos maiores escritores dos séculos XV e XVI. O meio universitário constituiu um outro factor propiciador deste fenómeno, já que inúmeros alunos e professores portugueses frequentavam as mais reputadas universidades espanholas, das

códice, em particular no que concerne à versão do humanista português, foi objecto de um estudo de Tarrío (2008: 83-93).

¹⁷ Silva (1820: 3-25). Mousinho de Albuquerque publicou as *Geórgicas Portuguesas*, em Paris, no ano de 1820, dedicando-as à sua mulher, filha do próprio fundador dos *Annaes*, o desembargador José Diogo de Mascarenhas Neto, também exilado em Paris. Entre 1821 e 1822, Mousinho de Albuquerque publicou na revista vários artigos sobre agricultura portuguesa e indústria.

¹⁸ Oliveira (2000[1536]).

quais Salamanca era, à época, a mais conceituada. Do mesmo modo, eram também chamados a leccionar em Portugal mestres vindos de Espanha. O próprio Fernando Oliveira, convém recordá-lo, passou alguns anos da sua juventude em Espanha, sendo muito provável que tenha prosseguido os seus estudos no país vizinho.

Já vários poetas do *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, publicado em 1516, haviam composto os seus poemas em português e castelhano, o mesmo acontecendo com nomes consagrados da literatura portuguesa como Gil Vicente, Sá de Miranda, Pêro de Andrade Caminha, Diogo Bernardes, para não falar de Camões. Outros havia, todavia, que se revelaram defensores acérrimos da Língua Portuguesa como o próprio Fernando Oliveira, António Ferreira, Jerónimo Cardoso, João de Barros, Garcia de Orta ou Samuel Usque.

A versão da obra de Columela para português por Fernando Oliveira enquadra-se também, de certa forma, neste espírito de defesa da língua (e da nação portuguesa), porquanto o tradutor pretende facultar aos seus naturais o contacto directo, na sua própria língua, com uma obra da Antiguidade Clássica, de cuja enorme utilidade para o desenvolvimento da agricultura e da economia nacional parece estar convencido. A ajuizar pelo teor geral das anotações feitas à tradução, Fernando Oliveira não pretende apenas reabilitar as fontes clássicas, como é prática comum entre os humanistas. É que subjaz à sua decisão de verter o tratado agronómico latino a firme convicção de estar a praticar uma missão de grande utilidade para o interesse nacional, tal como tinha feito, no seu tempo, o próprio Columela¹⁹.

Ou porque Fernando Oliveira, entretanto, tivesse morrido, como tem sido proposto por alguns, ou porque, confirmando a inquietude típica do seu carácter, se tivesse dedicado a outra qualquer tarefa, a sua obra de tradução ficou inacabada. Para português, o autor só verteu o prólogo e o 1.º livro (um caderno de 34 fls.: 177-210), o 2.º livro (um caderno de 44 fls.: 211-254) e o 3.º livro, mas só até ao começo do capítulo IX (um caderno de 18 fls.: 255-272). Nesta versão, de importância inquestionável pela sua riqueza filológica, científica e cultural, são particularmente interessantes as anotações, por vezes com uma extensão significativa, que o autor vai intercalando, à guisa de comentário, ao texto de Columela.

¹⁹ Sobre as prováveis motivações que levaram Fernando Oliveira a traduzir o tratado de Columela, cf. Tarrío (2007-2008: 171-195).

O primeiro destes comentários situa-se no final do livro II, logo após o capítulo XXII que trata «das obras que se podem fazer nos dias das festas (...), conforme as leys dos sacerdotes gentios, pelos quaes se então governava a religião dos Romanos, tambem gentios» (fl. 250v). Trata-se de um excurso de âmbito catequético, onde o tradutor dá conta, em pormenor, das obrigações e licenças, diferentes das romanas, que deviam ser observadas, nos domingos e festas, pelos que professavam a religião cristã: não executar qualquer tipo de trabalho servil e «ouvir missa na sua freguesia, ou onde poderem, não desprezando o seu sacerdote» (fl. 251v). No sentido, talvez, de acautelar novos problemas com a Inquisição, aquando da publicação da obra, o tradutor contrapõe o que é dito em Columela ao preceituado pelos Mandamentos da Santa Madre Igreja, conforme rezam alguns manuais destinados a confessores e a penitentes²⁰.

Uma das obras mais significativas, neste género, é o *Manual de Confessores e Penitentes*, reformado e prefaciado pelo teólogo e canonista, Martín de Azpilcueta Navarro, em 1552, pouco antes de Fernando Oliveira ter sido nomeado corrector da imprensa da Universidade de Coimbra.²¹ Coube aos impressores João de Barreira e João Álvares²² a publicação da segunda edição do *Manual de Confessores e Penitentes*, que integrou, pela primeira vez, as correcções e acrescentos do Doutor Navarro e que viria a ter uma fortuna editorial assinalável.

Convém sublinhar que há uma relação de grande semelhança, em termos de forma e de conteúdo, entre a anotação de Fernando Oliveira e o que está preceituado em alguns capítulos do *Manual de Confessores e Penitentes* do Doutor Navarro, em particular no cap. XIII, subordinado ao título «Do terceyro mandamento [do Decálogo]. De guardar as festas...» (pp. 113-121), e no cap. XXI «Dos mandamentos da igreja: ouvir missa inteyra aos domingos e festas...» (pp. 332-336)²³

²⁰ Sobre a natureza e os objectivos deste tipo de literatura parenética, cf. Fernandes (1995: 47-65).

²¹ A primeira edição desta obra, atribuída comumente a Frei Rodrigo do Porto, foi publicada em Coimbra, em 1549, nos prelos de João Álvares. Sobre as sucessivas adaptações, traduções e edições deste manual, nomeadamente as da autoria de Martín Azpilcueta Navarro, vide Silva (1975: 355-403).

²² Note-se que foi o mesmo João Álvares que deu à estampa, em Coimbra, a segunda e última obra publicada em vida de Fernando Oliveira, ou seja, a *Arte da Guerra do Mar*, em 1555.

²³ Para fazer o cotejo com o texto de Fernando Oliveira, servimo-nos das edições conimbricenses de 1552 de 1560 (cf. Azpicuelta Navarro, 1552 e 1560). Citamos pela edição de 1560, da qual há duas reproduções digitais, uma na Biblioteca Nacional de Portugal, outra na Biblioteca Digital da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Na sequência deste comentário inicial de Fernando Oliveira, encontra-se uma outra anotação, desta feita de carácter eminentemente filológico, encabeçada pelo título «Aviso para notar neste segundo livro e nos outros onde for necessario» (fl. 252). Trata-se de uma advertência aos eventuais leitores da obra, cuja principal finalidade é aduzir os argumentos que, no juízo do tradutor, justificam a forma como verteu para português o nome de uma medida de sólidos (usada, em particular, para o trigo), «a que Columella e os outros Latinos, na sua lingua, chamão modio» (fl. 252). O «modio latino», nas palavras de Fernando Oliveira, «era medida tam pequena que se dava de reção para hum dia a hum boy ou besta» (fl. 252), ao passo que «os moyos portugueses são medidas grandes ou, para mais certo falar, são numero de medidas, tantas que abastão manter hum homem todo hum anno, e mays que anno» (fl. 252). O comentador demonstra, comparativamente, que o *modius* latino não corresponde, em termos de capacidade, ao moio português, apesar de a palavra portuguesa ter origem na latina. Por isso, decidiu adoptar o termo ‘almude’ para designar a medida original. Eis a forma como Fernando Oliveira justifica a sua opção (fl. 252v):

E, por tanto, não trasladey modio latino em moyo portugues, mas chamolhe almude, por que assy chamão em Aragão a hũa medida de cevada que dão a hum cavalo para comer hum dia, e assy chama Antonio de Nebrixa, bo grammatico, a duodecima parte da fanega castelhana, que he a nossa fanga, pouco mays ou menos. A qual duodecima parte de fanega, nem he alqueyre, nem meyalqueyre, nem quarta, nem ceromil, que são as nossas medidas (...) e nenhũa destas concorda com o modio latino, segundo a interpretação d’ Antonio de Nebrixa, homem douto na lingua latina, que diz que o modio latino he celamim ou almud castelhana, o qual he, como dixe, a duodecima parte da fanega.

Na verdade, a capacidade do moio português (780 a 840 litros) era muito superior à da medida latina da qual herdou a designação (*modius*: 8,7 a 9,3 litros). Por conseguinte, o uso da palavra ‘moio’ na tradução portuguesa poderia facilmente induzir os leitores em erro. Assim, o tradutor resolve usar o termo ‘almude’, cuja equivalência ao *modius* latino, não sendo propriamente exacta, já se aproxima pelo menos em termos de ordem de grandeza. De facto, o *modius* latino tem uma capacidade de 8,7 a 9,3 litros e o almude, na época de Fernando Oliveira, variava entre os 4,6 litros do almude castelhana, valor dado por Nebrija, e os 16,5 a 17,5 litros do almude português. É sensivelmente

a meio deste intervalo de variação dos almudes ibéricos que se situa a capacidade do *modius* romano²⁴.

É de sublinhar o respeito que Fernando Oliveira manifesta pelo mestre salmantino, Antonio de Nebrija, em cuja autoridade fundamenta a sua opção pelo uso de ‘almude’ como tradução mais adequada para o *modius* latino. O autor da primeira gramática castelhana, a primeira de uma língua vernácula, havia publicado, em 1510, um discurso proferido no Estudo de Salamanca sobre medidas latinas, ilustrado com inúmeras citações de autores greco-latinos²⁵. Julgamos ter sido esta a fonte privilegiada do tradutor português, porquanto Nebrija esclarece, nesse estudo, o sentido exacto do vocábulo latino *modius*, recorrendo, aliás, à citação de um passo do livro II do próprio tratado de Columela²⁶. Evidenciando um notável sentido prático, não repugnou a Fernando Oliveira adoptar um vocábulo, alegadamente da língua castelhana²⁷, por entender ser a solução mais adequada para resolver o problema, com a seguinte justificação (fl. 252v):

E poys não temos esta medida, nem o nome della, não he inconveniente, mas antes he necessario tomallo donde o ha e dos mays vezinhos, cuja linguagem he quasi como a nossa e communica muntos vocabolos com a nossa.

Segue-se uma terceira nota do tradutor, com o título «Outra addição do trasladador» (fl. 253), cujo objectivo é colmatar uma falha do tratado latino, «por quanto Columella, neste segundo livro, em que trata da sementeyra do pão e legumes, não faz menção de centeo, o qual em Portugal he munto acostumado» (fl. 253). Fernando Oliveira procura complementar os dados fornecidos pelo tratado latino sobre os cereais, em face das características específicas da realidade portuguesa, «por não deyxar os nossos lavradores sem a doutrina nesta parte necessarea» (fl. 253). No sentido de suprir esta lacuna,

²⁴ Segundo Antonio de Nebrija, nas palavras de Fernando Oliveira, 1 módio latino = 1 celamin castelhano = 1 almude castelhano = 1/12 fanega castelhana (= 4,6 litros). Estamos gratos a Luís Seabra Lopes pelo auxílio que nos prestou no esclarecimento das relações estabelecidas pelo tradutor entre a capacidade das medidas castelhanas e portuguesas. Remetemos os interessados nesta matéria para os estudos de Lopes (2003: 113-164) e (2005: 42-48).

²⁵ Nebrija (1981 [1510]).

²⁶ Sobre os ecos de Columela na obra de Nebrija, cf. Hinojo Andrés (1991: 333-342).

²⁷ A justificação apresentada por Fernando Oliveira é simplesmente inexplicável, dado que o ‘almude’ existiu em Portugal, desde época anterior à fundação da nacionalidade, e manteve-se em utilização constante ao longo dos séculos. Foi, aliás, umas das principais medidas em Portugal, a par do alqueire e do moio, e fazia parte do sistema legal português no tempo do tradutor.

segue uma metodologia que assenta em três planos complementares: pesquisa de outras fontes documentais («achey em Plinio hũa semente a que elle chama *secale*», fl. 253), contacto directo com agricultores portugueses conhecedores da matéria e recurso à sua própria experiência pessoal. Ouçamos, nas palavras do tradutor, a enunciação deste processo hermenêutico que configura uma postura verdadeiramente experientialista (fls. 253-253v):

Estas qualidades que põe Plinio do secale parecem ser as do centeo, e em nenhũa outra semente põe outras que tanto se pareção co elle. Mas, nem ainda assy nos ensina o que nos cumpre, pello que me foy necessario enformarme d'alguns lavradores da nossa terra, homens entendidos e de experiencia, dos quaes soube que o centeo quer terra solta e bem esterçada e a sua sementeyra he sempre // temporãa, no mes de Setembro, antes que venhão os frios, e se as terras são frias em Agosto (...). Eu o vy jaa nacido em oyto dias, por andar d'Agosto, na serra do Touro, perto de Lamego.

Como apêndice do capítulo terceiro do livro III, encontra-se a última anotação do gramático português, novamente de pendor filológico, sob o título «Declaração d'algũas palavras deste capitolo terceyro do terceyro livro» (fl. 265v). Desta vez, o tradutor justifica a razão pela qual decidiu preservar na sua versão algumas palavras latinas relativas a moedas e a medidas, começando por afirmar (fl. 265v):

Neste capitolo, ficão certos vocabolos de moedas e medidas, os quaes deyxe na forma da lingua latina, não por falta de vocabolos portugueses, mas por que não respondem precisamente as nossas aas dos Romanos.

Nesta ocasião, ao invés do que fizera em relação à tradução do *modius* latino, Fernando Oliveira decide manter na sua versão alguns vocábulos latinos relativos a moedas (*sestercio*, *numo*, *usura semissis*) e a medidas (*culeo*, *amphora* e *urna*), discorrendo largamente sobre o valor das moedas e a capacidade das medidas. Sem prejuízo de consultar outros autores clássicos, o filólogo português enuncia, por diversas vezes, a sua fonte principal, ou seja, Guillaume Budé, que era, à época, autor do mais famoso tratado sobre moedas, pesos e medidas latinos (*De asse et partibus eius*). Recorre, de novo, à sua experiência pessoal no comentário comparativo entre o valor das moedas romanas, francesas (o termo de comparação do humanista francês) e

portuguesas. É nesse sentido que volta a dirigir-se directamente aos leitores do seu trabalho (fls. 265v-266):

Por tanto saybão os leytores que sestercio era hũa moeda romana, a qual diz Guilhelme Budeu que valia tanto como dez dinheyros de França, os quais fazem quasi meo vintem de Portugal, por que cada hum dinheyro de França val quasi hum real de Portugal. Digo quasi, por que os reaes de Portugal são algum pouco mayores que os dinheyros de França, tanto que hum real de prata não // val mays que trinta e seys reaes e dous ceytis de Portugal, e dos dinheyros de França val mays de quorenta.

Jerónimo Cardoso, que teceu rasgados elogios a Fernando Oliveira, numa das suas epístolas latinas²⁸, é também autor de um pequeno tratado sobre moedas gregas e latinas, pesos e medidas, publicado em Coimbra, em 1561, nos prelos de João Álvares²⁹. Coubera a este mesmo impressor, como é sabido, dar à estampa a segunda e última obra publicada em vida de Fernando Oliveira, ou seja, a *Arte da Guerra do Mar*, em 1555, pouco depois de o egresso dominicano ter sido nomeado corrector da imprensa da Universidade de Coimbra, a 18 de Dezembro de 1554. Nas palavras de Justino Mendes de Almeida (1965: 7), a referida obra do humanista de Lamego, terra em que o nosso autor, curiosamente, confessa ter visto os campos de centeio, «é uma espécie de sumário, à maneira de anacefaleose, da matéria contida no tratado do grande humanista francês Guillaume Budé (Gulielmus Budaeus): *Libri V de asse et partibus eius* (1514)», tendo sido posteriormente incluído no *Dictionarium Latinolusitanicum*.

A extraordinária mundividência de Fernando Oliveira concedia-lhe, evidentemente, um conhecimento apurado que lhe permitia relacionar, com relativa facilidade, o valor das moedas latinas, francesas e portuguesas ou a capacidade das medidas de vários países. Convém não esquecer que o humanista aveirense é filho de um tempo novo em que a aritmética adquire uma importância cada vez maior na descrição do real³⁰. Não será demais recordar, por exemplo, que o cristão-novo João Fernandes, o livreiro mercador, em cuja

²⁸ Referimo-nos à epístola de «Hieron. Cardosus Ferdinando Oliuero suo S. P. D.», publicada em Cardoso (1556: 29-30). A referida carta foi editada e traduzida, em primeiro lugar por Mendonça (1898: 71-72 e 143-144); e, mais recentemente, por Reis (2009: 178-181).

²⁹ Cardoso (1561). Esta obra acaba de ser reeditada e traduzida por Reis (2009: 82-105).

³⁰ Cf. Almeida (1994), 2 vols.

loja Fernando Oliveira foi interpelado pelo seu inimigo João de Borgonha³¹, patrocinou a segunda edição do primeiro e mais famoso tratado quinhentista português de aritmética (*Tratado da Prática d'Arismética*), publicado em Lisboa, em 1530, da autoria de Gaspar Nicolás.

Mesmo inacabado, este exercício de versão para português do tratado agrícola de Columela (o primeiro na Península Ibérica) revela-nos um autor ciente de que o seu trabalho, com esclarecimentos práticos e utilitários, seria de enorme proveito para a agricultura nacional, votada ao abandono, em consequência do recrudescimento do comércio marítimo. A sua preocupação com a exactidão e clareza da matéria, em que se cruzam, de modo fecundo, os dados fornecidos pelas fontes antigas e modernas e pela própria experiência pessoal, é disso prova evidente. E tal preocupação define uma nova atitude perante o saber, característica do humanismo português, de que o autor é, sem dúvida, um dos mais lídimos representantes.

³¹ No calor desta altercação com o também livreiro Luís de Borgonha, Fernando Oliveira veio a terreiro em defesa de Henrique VIII, o que lhe havia de valer um processo inquisitorial, na sequência do qual foi preso e sentenciado em auto-de-fé, em Setembro de 1548 (IAN-TT, *Inquisição de Lisboa*, Proc. 12099). Veja-se a transcrição integral do feito-crime de Fernando Oliveira publicada por Mendonça (1898: 99-128).